

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E INCLUSÃO EDUCACIONAL: AS COTAS RACIAIS NO BRASIL

AFFIRMATIVE EDUCATIONAL POLICIES AND INCLUSION: THE RACIAL QUOTAS IN BRAZIL

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E INCLUSIÓN EDUCATIVA: CUOTAS RACIALES EN BRASIL

Cíntia Magno Brazorotto ¹

Manuscrito recebido em: 31 de março de 2021.

Aprovado em: 06 de outubro de 2021.

Publicado em: 01 de janeiro de 2022.

Resenha crítica do livro: AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 160p.

Critical review of the book: AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 160p.

Reseña crítica del libro: AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 160p.

Palavras-chave: Políticas afirmativas; Cotas raciais; Educação.

Keywords: Affirmative policies; Racial quotas; Education.

Palabras Clave: Políticas afirmativas; Cuotas raciales; Educación.

Resenha

A autora Sarita Amaro é formada em serviço social com doutorado e pós-doutorado na mesma área, é militante na luta pela igualdade social e racial no Brasil e já publicou dezenas de textos e artigos acadêmicos sobre a temática.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Professora no Instituto Federal de São Paulo. Integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5212-422X>
Contato: cbrazorotto@gmail.com

Nessa obra, composta por 11 capítulos, aborda o contexto histórico da discriminação racial no Brasil, desde os primórdios da colonização até os atuais debates sobre a política de cotas, desconstruindo o mito de democracia racial, o qual proclamava não haver racismo no Brasil (IANNI, 1987). O mérito do livro reside não somente na temática altamente relevante, mas também está na forma clara que aborda a complexidade da formação socioeconômica brasileira e os mecanismos de exclusão que relegaram a população negra aos patamares sociais mais empobrecidos e condições de vida mais precárias em relação à branca. Ao desvelar essa realidade traz luz ao debate sobre o estabelecimento de políticas públicas para reparar séculos de desigualdades sociais e raciais, lembrando que as duas são indissociáveis.

Assim, o livro inicia com a reflexão sobre o racismo como ideologia a partir de teorias que elegeram certas etnias e povos como biologicamente inferiores a outros e foram amplamente utilizadas para justificar barbáries como a usurpação dos povos africanos de suas terras para serem escravizados nas colônias das Américas ou, ainda, o holocausto judeu promovido pelo regime nazista nos anos 1930-1940. Tal relação de poder e força auxiliou a edificar uma hierarquia entre os povos/etnias que permanece em alguns momentos de forma implícita e outros explícita na sociedade contemporânea brasileira.

Para Amaro as situações de discriminação racial transcendem a desigualdade socioeconômica e atingem também a saúde mental das populações negras, pois suas características físicas são reforçadas negativamente na mídia, no ambiente de trabalho e na escola. Nesse contexto, com base em Foulcault (1987), a autora analisa o racismo como sujeição e opressão de uma parcela da população sobre a outra desvelando as estruturas de poder e reafirmando a necessidade do debate sobre ações afirmativas em busca da “inclusão racial efetiva” (AMARO, 2015, p. 83).

A autora retoma as condições políticas que proporcionaram a abertura ao debate sobre racismo no Brasil, sobretudo com a redemocratização do País e a constituinte em 1988 que (re) colocaram na pauta a questão racial. As ações afirmativas, pautadas em cotas sociais e raciais, são então indicadas pela autora como um avanço importante que tomou corpo nos anos 2000 e se constituíram em políticas públicas em meio à resistência de setores conservadores.

São igualmente destacados o Estatuto da Igualdade Racial (2003) e as políticas educacionais, como a Lei 10.639/2003 que estabeleceu o ensino de história e cultura afro-brasileira e Africana nas escolas de educação básica, como marcos legais relevantes e de reconhecimento e reparação do racismo no Brasil.

Por fim, analisa as políticas afirmativas, conhecidas como cotas sociais e raciais, em escolas e instituições públicas que favoreceram o ingresso de pessoas negras em cursos superiores e empregos públicos. A partir da reflexão sobre a reduzida representatividade negra nesses locais - em uma sociedade em que mais da metade da população se autodeclara negra -, ela destaca o espaço da escola como fundamental para sedimentar uma cultura igualitária e justa, de reconhecimento e empoderamento das pessoas negras a partir da ocupação de espaços sociais que até então eram excluídas.

Vale ressaltar que em 2019 o IBGE indicou pela primeira vez que as universidades e instituições de ensino superior públicas registraram metade das matrículas de estudantes negros (50,3%), porém esses ainda não representam a população negra geral (55,8%). Entre aqueles com 18 a 24 anos, que continuam estudando, os negros são 55,6% da população, enquanto entre os brancos esse percentual é de 78,8% (IBGE, 2019). Constata-se, assim, que embora haja avanços em direção à igualdade racial, ela ainda não foi plenamente alcançada.

A simples observação da mídia leva a constatar que ainda há um longo caminho a percorrer, pois casos de discriminação continuam latentes no Brasil e no mundo. Um exemplo é caso do homem negro sufocado até a morte por um policial nos Estados Unidos que gerou o movimento *Black Lives Matter* e se expandiu globalmente. No Brasil, dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro indicam que 75% das mortes causadas por policiais são de jovens negros, o que reafirma o racismo estrutural no País.

Dessa forma, a pertinência da obra está na análise aprofundada sobre as estruturas de poder que reforçam o racismo, no resgate histórico de tal fenômeno e na descrição dos processos que permitiram o estabelecimento de políticas afirmativas no Brasil. A autora reforça a importância da família, da escola e da sociedade em geral para superação das desigualdades. A obra, ainda que lançada em 2015 continua atual e enseja a continuidade do debate tanto por meio de futuras pesquisas e estudos, bem como na luta diária de

ativistas, movimentos sociais, políticos e sociedade civil como um todo. Recomenda-se a leitura como obra introdutória e essencial para todas e todos que enveredam nesse caminho e nessa luta por sua clareza, rigor nos dados apresentados e, infelizmente, por sua atualidade.

Referências

AMARO, Sarita. **Racismo, igualdade racial e políticas de ações afirmativas no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. 160p.

FOULCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**: notas técnicas. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em:<<http://bit.ly/2RIsOzM>>. Acesso em: 13 out. 2020.

IANNI, Octávio. **Raças e classes sociais no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.